

## Orizicultores reclamam intervenção do Governo

Protestos, marchas lentas, encontros com o ministro da Agricultura... Os orizicultores do Vale do Mondego desdobraram-se em iniciativas ao longo de 2009 para inverter a situação de declínio do sector. Mas nada, ou quase nada, se resolveu. O problema central, segundo a Associação Portuguesa dos Orizicultores (APOR), mantém-se: o arroz continua a ser vendido a um preço inferior aos custos de produção e se nada for feito há orizicultores que em menos de um ano abrirão falência. Com a entrada de um novo titular na pasta Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, António Serrano, a substituir o polémico Jaime Silva, os produtores esperam mais abertura, diálogo e acção. Por isso, terça-feira entregam, nas instalações da Delegação Regional da Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC), em Coimbra, uma exposição dirigida ao ministro da Agricultura para que sejam tomadas as medidas necessárias para salvar a orizicultura nacional.

O problema «é muito complicado» e exige «uma intervenção concreta e objectiva», afirma Isménio Oliveira, da direcção da APOR. O preço à produção, em 2008, rondava os 40 cêntimos por quilo e na última campanha os industriais pagaram entre os 15 e os 23 cêntimos por quilo. A culpa, adianta Isménio, é das grandes superfícies que fazem “dumping” obrigando os industriais a comprar arroz a preço abaixo do custo de produção. O responsável da APOR diz mesmo que já foram detectadas situações ilegais, nomeadamente pela ASAE, e se o ministério não intervir «o produtor não aguenta».

A mediação do Governo, considera Isménio Oliveira, pode ser feita estabelecendo um preço de intervenção, ou seja, um preço “oficial” em que o ministério asseguraria o pagamento da diferença entre o valor de compra aos produtores e o preço de intervenção. Mas isso, por si só, não chega, porque manter-se-ia o problema central, pelo que é também urgente um trabalho de «sensibilização de grande distribuição para não praticar dumping».

«Se for ultrapassada a questão do dumping o problema resolve-se», garante o dirigente, defendendo que se o orizicultor conseguir vender a 30 cêntimos o quilo «já é minimamente compensador».

A questão do dumping tem na origem um outro problema: o das importações. Isménio Oliveira lamenta que arroz sem qualidade esteja a ser importado de países asiáticos para ser vendido em Portugal como marca branca. Defende, por isso, uma «maior fiscalização» na qualidade do arroz e a criação de «mecanismos para que a importação não seja feita de qualquer forma».

Só na região do Vale do Mondego, o dirigente da APOR estima existirem perto de quatro mil orizicultores. «Se a situação de prolongar na próxima colheita, muitos não aguentam», prevê Isménio Oliveira, que exige do Ministério da Agricultura as medidas necessárias para salvaguardar a orizicultura e uma penalização a quem faz dumping.

### *APOR questiona se emparcelamento*

#### *avança em todo o Baixo Mondego*

Garantidos que estão - ou pelo menos assim se consta - 50 milhões de euros para finalização das obras de emparcelamento no Baixo Mondego que, recorde-se, começaram há mais de 30 anos, a APOR quer saber de António Serrano se a verba vai ser aplicada na conclusão das obras de emparcelamento agrícola em falta, e que contempla os vales do Pranto, Arunca, Ega e margem esquerda central, ou se esse dinheiro vai ser aplicado nuns em detrimento de outros.

Isménio Oliveira não esconde a sua surpresa pelas informações que vêm a público e dão conta de que o Vale do Pranto não está a ser considerado no projecto. Quer, por isso, saber se assim é, defendendo que toda a região onde falta o emparcelamento deve ser intervencionada. O Pranto, representando dois mil hectares e cerca de mil orizicultores, «é uma zona de grande produção de arroz e se for verdade que não vai ser intervencionada não podemos aceitar», afirma.

---